

## **Cultura e desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aproximação**

Marlise Amália Reinehr Dal Forno\*

Juliana Klas\*\*

Saulo Barbosa Lopes\*\*\*

**Resumo:** O sentido e os significados do desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul podem ser melhor definidos. O imenso potencial de desenvolvimento apresentado por alguns estudos, carece na prática de dinamismo, inclusão e sustentabilidade. O projeto busca identificar as principais dinâmicas na temática do desenvolvimento no Litoral Norte, os atores envolvidos e elementos culturais ligados a formas de pensar e de agir que limitam o dinamismo do desenvolvimento da região. Há dinamismo ou estagnação no desenvolvimento do Litoral Norte?

**Palavras-chave:** Cultura, Desenvolvimento, Teoria de Dependência de Caminho

### **Culture and development in the north coast of Rio Grande do Sul**

**Abstract:** Development meaning and matters in the north coast of Rio Grande do Sul can be better defined. The huge expected development presented in some researches lack in practic dynamism, inclusion and sustainability. This project aims to identify key dynamics in the development subject in the north coast of Rio Grande do Sul, stakeholders and cultural elements attained to ways of thinking and act that limit development dynamism in the region. Is there dynamism or stagnation in the north coast?

**Keywords:** Culture, Development, Dependancy path theory

### **Introdução**

O sentido e os significados do desenvolvimento no Litoral Norte do Rio Grande do Sul<sup>1</sup> podem ser mais bem definidos. A tradição produtiva da região, baseada historicamente na agricultura e na construção civil, parece, já não impulsiona o crescimento econômico como em outros tempos<sup>2</sup>. A vocação de conservação da paisagem como suporte ao turismo sustentável, lazer, qualidade de vida e bem-estar, tal como propugnada por Strohaecker e Toldo Jr. (2007), é continuamente solapada, figurando o baixo índice de saneamento ambiental e a pressão imobiliária como as principais ameaças, ao lado da queda acentuada da qualidade da água, como citado por Fujimoto et al (2006) e por FEPAM (2020).

O perfil socioeconômico do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Litoral (Rio Grande do Sul, 2015), mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) do Litoral

\* Geógrafa, Professora do Programa Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, UFRGS.

\*\* Engenheira Eletricista, Professora do Programa de Pós-Graduação.

\*\*\* Engenheiro Florestal, Aluno do Programa Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, UFRGS.

<sup>1</sup> A definição de Litoral Norte aqui considerada é a utilizada pelo COREDE Litoral-RS, composta por 21 municípios, que se estende desde o Balneário Pinhal até Torres.

<sup>2</sup> O valor Adicionado Bruto dos municípios do Litoral mostra uma evolução contínua do setor de serviços, que hoje situa-se ao redor de 70% do Valor Adicionado, principalmente nas maiores cidades, conforme dados do IBGE.

Norte é composto de 9,4 % do setor agropecuário, 13,9% do setor industrial e 76,7% do setor de serviços. Apesar da predominância crescente dos serviços, a administração pública sozinha representa 29,06% do total, os serviços imobiliários 21,5%, os serviços de manutenção e de reparação 10,5%, e os outros 16% são divididos entre todos os outros tipos de serviços. Já a indústria da construção civil representa sozinha cerca de 7% do Valor Adicionado Bruto (VAB)<sup>3</sup> do Litoral Norte (Rio Grande do Sul, 2015).

Estudos como o RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial (Rio Grande do Sul, 2015), publicados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (RS), avaliaram o Estado do RS e as suas chamadas Regiões Funcionais de Planejamento (RFP). Em diversos aspectos e indicadores comparados, este estudo mostra que a RFP 4 (Litoral Norte), composta por 21 municípios (desde o Balneário Pinhal até Torres), é a região menos produtiva do Estado e a menos representativa, contando com uma participação média de apenas 1,5% do PIB do Estado, considerando todas as classes de atividade.

O mesmo estudo também mostra que a RFP4 tem o menor PIB per capita do estado, o qual apresentou decréscimo na década 2000-2010 em que se baseia o estudo, enquanto a maioria das regiões aumentou ligeiramente o PIB per capita (apenas na Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região do Litoral Norte o PIB per capita caiu no período) (Rio Grande do Sul, 2013). No entanto, é mostrada por este estudo, uma projeção para o crescimento populacional e o crescimento da participação da região no PIB gaúcho até o ano de 2030 da ordem de 60%, o que representa o maior crescimento percentual de participação no PIB do Estado.

Também é notado na sociedade regional, um *certo modelo* de relações socioeconômicas excludente (conforme pode ser observado em uma das falas<sup>4</sup> de um dos entrevistados da entrevista-piloto já realizada no âmbito do projeto), bem como o maior índice de evolução demográfica do Estado e a menor produtividade regional, expressa através do PIB per capita regional.

O Plano de Desenvolvimento do Litoral Norte (COREDE Litoral Norte, 2015), ao apresentar dados levantados sobre a concentração de renda na região (renda apropriada pelos 10% mais ricos), coloca que:

<sup>3</sup> O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia. <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>. Acesso em 16/03/2021

<sup>4</sup> O entrevistado M.M. (60 anos) assevera: “Existe uma casta política e empresarial que age para manter sua dominação e evitar a ascensão de outros, mantendo os dominados nessa condição”.

“Quanto a renda apropriada pelo 10% mais ricos observamos que tanto o Estado do Rio Grande do Sul, como a média do COREDE, seguiu a tendência brasileira de diminuição dessa apropriação. Enquanto no Brasil e no Estado essa diminuição foi de 3 pontos percentuais (de 52 para 49% e de 46 para 47% respectivamente), no COREDE Litoral (média) essa diminuição foi mais tímida - de 2 pontos percentuais. Observamos também que, em 2010, a apropriação média nessa Região é menor que a do Brasil e Estado, sendo de 40% da renda apropriada por apenas 10% dos indivíduos.” (p. 33).

Estudos realizados pelo projeto Rumos 2015, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul (RS), em que se estratificou os COREDEs em cinco grandes grupos com base no desempenho social e econômico potencial, o COREDE Litoral ficou no grupo dos três *com mais dificuldades*: com baixo desenvolvimento econômico e baixo potencial, aliados a índices sociais abaixo da média do Estado. Isto mostra que, apesar das políticas de transferência de renda vigentes a partir do governo federal, durante toda a década dos anos 2000, ainda há um tímido avanço econômico e social no Brasil e no RS como um todo, mas ainda mais tímido no Litoral Norte, evidenciando relações de centralização dos fatores institucionais, além da renda.

Grandes projetos de desenvolvimento, como os florescentes parques eólicos instalados pelo Litoral do RS todo (e suas linhas de transmissão), o complexo portuário previsto para o município de Arroio do Sal, ou mesmo os complexos de serviços como o complexo Havan-Zaffari no município de Capão da Canoa, trazem oportunidades de emprego, de ocupações e de geração de renda significativas para o desenvolvimento regional, tendo em vista que esta pode ser uma das principais demandas sociais, conforme revelam as respostas sistematizadas de 12 entrevistas-piloto já realizadas no âmbito do projeto: o problema social nº 1 é a falta de oportunidades e empregos, como decorrência do alto crescimento demográfico regional e da incipiência de políticas públicas para abordar adequadamente a questão. Contudo o ônus dos empreendimentos, especialmente no quesito ambiental, recai sobre as populações locais, enquanto a maior parte dos benefícios se direciona à sociedade regional e estadual, na forma de produtos e serviços decorrente dessas instalações, produtos e serviços esses que a população local muitas vezes não tem acesso pelo baixo poder aquisitivo.

Elementos culturais como clientelismo, coronelismo e mandonismo, podem ser identificados em algumas das falas dos entrevistados da entrevista-piloto já realizada no

âmbito do projeto<sup>5</sup>, como fatores de influência das escolhas de políticas públicas regionais, gerando concentração de oportunidades, de fatores produtivos e de renda.

A principal expressão disso se dá através dos métodos assistencialistas, bastante utilizados pelos governos locais, segundo alguns entrevistados da pesquisa-piloto, e que, por um lado vêm se tornando um importante apoio as comunidades carentes a partir dos marcos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas por outro lado, podendo reforçar as lógicas coronelistas e clientelistas de manutenção de poder (voto) através das *dádivas* e favores.

Esses elementos mostram que a cultura regional (nas esferas política, social e econômica principalmente), consoante com as noções de conservadorismo, assistencialismo e outras formas de operação reconhecidas e reveladas em duas falas de duas entrevistadas da pesquisa-piloto deste projeto<sup>6</sup>, podem ter permitido uma contribuição enfraquecedora nos índices de desenvolvimento apresentados anteriormente. Buscamos entender esse contexto nos aportes epistemológicos culturais.

Cultura não diz respeito a uma prática apenas, nem a soma descritiva dos costumes e comportamentos populares. Ela está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas (Hall, 2003).

Stuart Hall (2003), define cultura ao mesmo tempo como:

“Sentidos e valores que nascem entre grupos sociais e classes diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com as suas condições de existência e respondem a estas; e também, como as tradições e práticas vividas através das quais estes entendimentos são expressos e nos quais são incorporados.” (HALL, 2003: 142)

Para autores como Kushnir (2006) e Ortiz (2008), o estudo das sociedades e relações sociais é estreitamente ligado à temática das relações de poder, o que nos remete ao conceito de *habitus* de Bourdieu (2004). Para este autor:

“o *habitus* se apresenta como uma matriz de comportamentos, adquirido mediante exposição à práticas, conhecimentos e condutas culturais, que orientam o processo cognitivo do agente. A posse do capital cultural e social seriam umas das fontes de monopólio do acesso aos postos de elite” (BOURDIEU, 2004:164).

<sup>5</sup> As respostas obtidas nas primeiras 12 entrevistas da pesquisa-piloto deste projeto, revelam este tipo de relações como as principais causadoras de concentração de oportunidades e baixo desenvolvimento.

<sup>6</sup> A entrevistada JC (36 anos) pontua: “*O problema social mais grave do Litoral Norte é o Assistencialismo*”. E para a entrevistada AG (53 anos): “*O assistencialismo é a alavanca da Dominação: “Rancho Remédio e Religião em troca de Eleição”*”.

Csordas (2008), recupera Bourdieu e sua concepção de *habitus*, em sua definição como uma coleção de práticas, um sistema de disposições duráveis, princípio inconsciente e coletivamente inculcado para a geração e a estruturação de práticas e representações.

BAUMAN (1973) baseava-se no pressuposto de que sociedades modernas e tradicionais podiam ser definidas uma em oposição à outra, sendo os traços culturais ligados ao polo da tradição um obstáculo à indução do *desenvolvimento*.

A cultura especificamente local apareceria para Sahlins (1997) como resposta local às influências do sistema capitalista mundial, havendo sempre uma tensão entre um processo com vistas à homogeneização e outro que resiste e caminha para uma “diferenciação local”.

O esquema cultural seria então para Sahlins (2003):

“[...] variadamente flexionado por um ponto dominante de produção simbólica [pontos], que fornece o código principal das outras relações e atividades [...] Pode-se falar então de um locus institucional privilegiado do processo simbólico, de onde emana um quadro classificatório imposto [ou orientativo] para toda a cultura.” (SAHLINS, 2003: 233)

Para o autor, na sociedade burguesa a produção material [economia] seria o lugar dominante da produção simbólica, enquanto na sociedade primitiva são as relações de parentesco. Assim, as classificações apropriadas a quaisquer atividades particulares, representam alguma transposição do esquema operativo do parentesco nas sociedades mais primitivas.

A importância dessa discussão deve ser medida tendo em vista as consequências que as hegemonias obtidas tanto em relação aos modelos de desenvolvimento, quanto no que concerne às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos nas diversas coletividades têm, na medida em que determinam decisivamente os processos nos quais vivemos e construímos ideias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade (Guerra e Silva, 2012).

Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura, os *estudos culturais* também fornecem uma chave de análise da relação cultura-*desenvolvimento* que passa pela problematização das desigualdades, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas enquanto caminhos para a indução do *desenvolvimento* (Guerra e Silva, 2012).

Em que pese os elementos culturais identificados pela população regional, reveladas em algumas das falas dos entrevistados no projeto-piloto desta pesquisa, e não correspondam a elementos especificamente locais ou regionais, o projeto busca entender como isso influencia no desenvolvimento regional e se expressa nas iniciativas públicas dos atores, e em que medida a equidade de acesso a opções e benefícios do desenvolvimento estejam obstaculizados ou não, a ponto de limitar ou ampliar as opções e os indicadores de desenvolvimento.

### **1 Gargalos e problemas. Iniciativas e saídas**

Busca-se entender as características socioculturais dos setores dominantes ou tradicionais no avanço das inovações socioeconômicas que alavancam mais amplamente o desenvolvimento na região. Que interesses sociais e culturais são predominantemente refletidos nos conteúdos (ou falta deles) das políticas e ações dos representantes políticos? Os representantes e seus apaniguados buscam apenas legitimação, oportunidades próprias e conquista de hegemonias? Que traços da cultura regional possibilitam um desenvolvimento mais inclusivo socialmente e equilibrado ambientalmente? Em que medida as instâncias de representação contribuem para isso e reproduzem as visões de desenvolvimento? Os chamados grandes projetos contribuem para o desenvolvimento regional? (Parques Eólicos + Linhas de Transmissão, Porto de Arroio do Sal, Centros Logísticos de Produtos/Serviços).

Atualmente, trata-se de uma necessidade abordar as concepções e definições de desenvolvimento no Litoral Norte, considerando o alto potencial de desenvolvimento local e regional, projetado por diversos estudos ao longo dos anos.

É fundamental entender como o desenvolvimento é definido, expresso e implementado pelos atores na região, para que se possa perceber e explicar a diferença entre as definições, os conceitos, os discursos, as práticas e os resultados.

O projeto também é importante para que a comunidade possa *se ver melhor*, trazendo maior clareza dos mecanismos de reprodução das identidades e dos mecanismos de poder que atuam no desenvolvimento da região.

O público-alvo também poderá enxergar melhor os pontos de incidência na situação atual, as oportunidades para novas iniciativas, além do desenvolvimento atual, para novos apoios institucionais e novas possibilidades de parcerias.

Para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES) entende-se que o

projeto possa revelar as formas de pensar da população, as influências institucionais e as práticas de tomada de decisão dos atores-chave, bem como, os elementos culturais que abordam o desenvolvimento regional e as resistências institucionais do modo de *fazer* desenvolvimento regional nessa região.

Para os pesquisadores, serve ao objetivo de compreender melhor o local e a região onde estão inseridos, entendendo melhor as influências institucionais, as relações entre pessoas e de como se dão as decisões, no tocante à abertura de espaços de potencialização de iniciativas, aumentando a inserção profissional e o espaço de promoção de ações colaborativas para o desenvolvimento social e político da região.

## **2 Desenvolvimento, subdesenvolvimento, pós-desenvolvimento**

Desde Schumpeter, que argumentava que a estrutura de mercado no capitalismo jamais foi de concorrência perfeita, nem mesmo em sua origem e que o que move a economia é o desejo capitalista de lucros, donde surge a inovação, até Keynes, que contestou pressupostos da economia neoclássica, ponderando que a ação espontaneísta de alguns capitalistas não permitiam a existência de mercados plenamente livres, sendo necessária a regulação estatal; o modelo do “*laissez faire*” vem sendo historicamente questionado.

A refutação do modelo explicativo de Adam Smith (1776), que buscava afastar o Estado da economia, propondo a livre concorrência dos capitalistas e a auto regulação do mercado para que as nações se desenvolvessem, vem se expandido, apontando-se cada vez mais as limitações dos pressupostos e do funcionamento dos mercados baseados no estático modelo dos “mercados livres”, embora o desejo de afastar o Estado seja ciclicamente atualizado nas discussões e iniciativas que buscam revitalizações econômicas de Estados e territórios, sempre com o protagonismo de grupos que buscam ocupar o lugar do Estado e aumentar seus lucros privados.

Mais recentemente, Polanyi (2000), postulou que para a economia de mercado funcionar, é necessário que a sociedade se organize em torno do mercado, se mire nele e seja dirigida por ele; que o mercado seja o espelho da sociedade e não o contrário, como seria desejável se a busca fosse por atender as necessidades sociais de bem-estar.

Diversos registros históricos e evidências apresentadas por esse autor mostram que a intervenção estatal sempre foi necessária, dada a degeneração dos modelos econômicos

frente a interesses por lucros crescentes dos agentes econômicos, que com frequência gera monopólios, asfixia social e até mesmo pode levar à inviabilização das trocas nos mercados.

É, portanto, a intervenção estatal que permite assentar as bases para o funcionamento dos ‘mercados livres’, através da regulação. Polanyi (2000):

“Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão - a indústria mais importante do iniciante livre comércio - foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi criado pelo estado [...]” (POLZNYI, 2000:170).

Nos anos 70, face a dificuldades na implementação dos receituários homogeneizantes, a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, já questionava a própria noção e sentido do desenvolvimento propostas pelos pensadores euro-americanos, onde já despontava a noção de um modo de desenvolvimento singular, associado ao ritmo e etapas que aqui se desenvolveram, diferentemente dos países mais adiantados da Europa e Norte América, bem como o comportamento das elites, colocando uma condição de subdesenvolvimento, formando estruturas econômicas *dependentes*.

“O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, (...) a resultante foi quase sempre à criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo.” (FURTADO. 2000:161).

A característica principal das economias subdesenvolvidas seria então a existência dessa deformação estrutural, caracterizada por um dualismo *atrasado-moderno*. Tal deformação estrutural resulta, para esses autores em crescentes desequilíbrios sociais, políticos e econômicos.

Mas há ainda o comportamento das elites, tão em claramente visto nas carreatas anti-isolamento na pandemia de COVID-19 no Brasil. Bresser-Pereira (2011) colocou que, além da dualidade social existe outro fator a determinar o subdesenvolvimento de um país: sua dependência em relação aos grandes países industrializados, que decorre de um modo de inserção na divisão internacional do trabalho.

É o modo de comportamento das elites governantes que determinam o modo de inserção do país na divisão internacional do trabalho. E a aceitação da dependência e subordinação da nação aos interesses internacionais reflete tanto as pressões internacionais

nos órgãos multilaterais para conversão às regras de funcionamento dos mercados globalizados, quanto os ganhos que os grupos privados internos obtêm nas trocas desiguais que por vezes são aceitas.

“Um país subdesenvolvido não é apenas um país “atrasado” em termos econômicos porque realizou sua revolução nacional e capitalista depois de os países ricos a terem feito. É também um país cujas elites aceitam a subordinação a uma potência imperial” (PEREIRA, 2011:02)

E isso remete à noção de classes sociais, tão esquecida nos debates sociais atuais, como bem lembrou Murdock (2009) e João Freire Filho (2007). Este último mostrou como isso aparece mesmo nos *Estudo Culturais*, onde, evitando assuntos mais espinhosos, muitos autores tem privilegiado as discussões sobre criatividade, e agenciamentos individuais de membros flutuantes de *neotribos*.

Francisco de Oliveira, em sua obra *Crítica à razão Dualista* (1988), já havia notado essa tendência no Brasil na época da *Abertura Democrática*:

“ao enfatizar o aspecto da dependência, da relação centro-periferia, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” (ligados à CEPAL), deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil, dizendo respeito à oposição entre classes sociais e lutas internas”. (OLIVEIRA, 1988:14).

Atualmente o problema do *Desenvolvimento* é assim colocado por autores como Escobar (1995):

“Geralmente uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, com estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso”. (ESCOBAR, 1995: 44).

Mas, mesmo falho, com todas as debilidades que tem aparecido no debate sobre modelos e suas implementações, o *Desenvolvimento* produz coisas, ideários e disciplinas que servem como *Instrumentos*. Contudo, Escobar (1995) mostra que as abordagens do Desenvolvimento desconsideram, sistematicamente, culturas e conhecimentos locais e modos de compreensão da natureza, em favor de um “modo racional” de governo e a constituição de programas de alavancagem econômica, supostamente geradores de bem-estar a populações entendidas como pobres.

### 3 Cultura e desenvolvimento

A cultura de um lugar aparece para Sahlins (1997) como resposta local às influências do sistema capitalista mundial, havendo sempre uma tensão entre um processo com vistas à homogeneização e outro que resiste e caminha para uma “diferenciação local”. E os esquemas culturais quase sempre se apoiam em um *locus* institucional privilegiado do processo simbólico, de onde emana um quadro classificatório imposto [ou orientativo] para toda a cultura.

Na sociedade burguesa a produção material [economia] é o lugar dominante da produção simbólica, enquanto na sociedade primitiva eram as relações de parentesco. Assim, as classificações apropriadas a quaisquer atividades particulares da sociedade local, representariam alguma transposição do esquema operativo do parentesco nas sociedades mais primitivas Sahlins (2003).

A importância dessa discussão deve ser medida tendo em vista as consequências que as hegemonias obtidas têm, tanto em relação aos modelos de desenvolvimento, quanto no que concerne às concepções do papel da cultura no enfrentamento dos pontos problemáticos nas diversas coletividades, na medida em que determinam decisivamente os processos nos quais vivemos e construímos ideias, práticas, cotidianos e utopias de sociedade (Guerra e Silva, 2012).

Colocando as relações de poder como elemento central da conceituação de cultura e seu papel decisivo no desenvolvimento, os *estudos culturais* fornecem uma chave de análise da relação cultura-desenvolvimento, que passa pela problematização das desigualdades, em cujo âmbito as posições estruturais de poder determinam políticas de investimentos financeiros e de propostas de mudanças culturais discursivamente apresentadas enquanto caminhos para a produção do *desenvolvimento* (Idem, Ibidem).

Disso decorre a necessidade de desnaturalizar os discursos que caracterizam alguns países e regiões como superiores (ou pessoas, ou instituições). Esses discursos fundamentam a estruturação dual das sociedades, tal como a reificação de instituições ou pessoas, construindo fontes de *clientelismo*.

Graham (1997) analisa as relações entre público e privado no Brasil do século XIX, sugerindo a existência de uma aliança entre elite central e chefes locais, mediada pela *patronagem*. O caráter estruturador da patronagem vinha da troca de empregos por votos, estabelecendo uma cadeia de relações de dependência, que colocava os vínculos público-privado em fluxo contínuo. A atenção à trama clientelista sobrepunha-se aos esforços de organização de interesses econômicos ou ao fortalecimento do poder central.

Schwarz (1991) contribui para a compreensão do cenário em que se desenvolve o clientelismo no Brasil, pontuando que:

“[...] a colonização brasileira produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre. Como a relação entre os dois primeiros é clara, o autor destaca o terceiro, pois, não sendo nem proprietário nem proletário, dependia da dádiva e do favor para ter acesso à vida social.” SCGWARZ, 1991, p. 16)

A lógica da dádiva e do favor tornou-se, assim, o conteúdo principal dos vínculos políticos e sociais, operando nas esferas da vida particular e privada as questões que, numa sociedade de direitos, deveriam ser fixadas como de caráter público.

Prevalecem ainda hoje duas lógicas de ação política, que correspondem a perfis de grupos de interesses, que Abranches (1989), atualizando a discussão, denomina *clãs* e *facções*, e que se diferenciam da lógica do mercado e atuam muitas vezes dentro das instituições públicas contemporâneas.

Isso é reforçado pelas ações assistencialistas utilizadas pelos governos locais, que, por um lado apoiam as comunidades carentes em suas necessidades, apoiando-se na PNAS – Política Nacional de Assistência Social, política que trouxe um arcabouço de política pública e contribuiu para ampliar seu alcance), mas que, frente a demandas crescentes de expressivas parcelas da população regional, podem contribuir para reforçar algumas lógicas coronelistas e clientelistas de manutenção de poder (Milanezzi et al., 2012).

A cultura política da dádiva sobrevive assim ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, após ter passado quase intocada pela abolição da escravatura e se expressado de uma forma peculiar no compromisso colonialista. chegando até nossos dias (Sales, 1994), por isso julgamos que seja apropriado examinar no conteúdo do projeto proposto.

Para North, (2018), o subdesenvolvimento é resultado de instituições socialmente ineficientes e que as instituições são dependentes de suas trajetórias prévias, na medida em que apresentam fortes relações com suas configurações historicamente herdadas e mecanismos autorreforçantes, que fazem com que a matriz institucional fique “trancada”.

Sendo assim, mudanças culturais envolvendo a mudança na cosmovisão dos indivíduos, advindas de alterações na ideologia, crenças, valores e religião é que pode trazer alterações no percurso e modo de desenvolvimento.

Entender e influir sobre as oportunidades de desenvolvimento regional no Litoral

ISSN 2596-1314

Norte do RS passa por interpretar estes elementos conceituais e históricos, caracterizando a realidade regional e revelando os conceitos e práticas subjacentes às abordagens de desenvolvimento propostas pelos atores regionais, bem como as relações de poder e cultura que sustentam as iniciativas e as tradições institucionais e organizacionais.

A partir disso, buscamos identificar elementos associados a esses conceitos na realidade específica estudada, evidenciando a apropriação ou a divergência dos mesmos.

#### 4 Abordagem do tema desenvolvimento e cultura no Litoral Norte do RS

Com isso em mente, propusemos o projeto Cultura e Desenvolvimento no Litoral Norte-RS e realizou-se uma abordagem-piloto com uma pequena amostra de entrevistados (12) no Litoral Norte do estado, utilizando-se um instrumento que procurou captar questões afetas às influências da Cultura no Desenvolvimento Regional, com posterior *clusterização* (pós-classificação) das categorias, onde obteve-se os resultados a seguir apresentados.

O roteiro abordou questões relacionadas a temas correlatos de Desenvolvimento Regional, tais como *potenciais e gargalos*, quais deveriam ser as *iniciativas* para mudar a situação atual e que *atitudes e comportamentos* seriam identificados na sociedade como necessários de serem repensados para superação de relações sociais que vêm mantendo as desigualdades e influenciando na manutenção ou ampliação de problemas sociais.

Os Principais temas-foco de Desenvolvimento e Cultura no Litoral Norte do RS, que emergem das primeiras entrevistas, são relacionados aos temas de políticas públicas, participação social e temas de cultura e comportamento, constelados em termos correlatos, conforme a seguir apresentados.

Sendo o principal problema apontado a disponibilidade de empregos e oportunidades para contingentes expressivos da população (mencionado por mais de 50% dos entrevistados), o que, na verdade, resulta de conjunturas e opções de desenvolvimento, os principais gargalos apontados para o desenvolvimento da região estão na esfera das políticas públicas (incluindo a estruturação e qualificação das ações de gestão pública), a questão da insustentabilidade ambiental do modo dominante de exploração econômica e questões relacionadas à (falta de) escuta e mobilização social, que aparece como segundo principal gargalo de desenvolvimento, atrás apenas das questionadas políticas públicas e seus modos de implementação, conforme detalhado a seguir.

## 5 Políticas Públicas

O principal tema que se sobressai nas opiniões, relaciona-se a deficiências nas políticas públicas, que seriam, além de fracamente estruturadas, afastadas das necessidades da maioria da população, citadas também a existência de relações clientelistas ou coronelistas dominando os interesses e ações das políticas públicas. Seriam, segundo alguns entrevistados, orientadas por interesses minoritários, pouco abrangentes socialmente.

Outros termos e citações associam as políticas a um suposto modelo de crescimento pouco contextualizado, incipientemente estruturado, focado imediatistamente no apoio a alguns setores e temas, não considerando o contexto mais amplo das necessidades da sociedade, que resultaria travar o desenvolvimento ao invés de promovê-lo.

Os poderes públicos pensam pequeno. Pensam apenas em si mesmos como governantes..., não levam em conta as necessidades da população. (M.M., 60).  
O cunho político limita o desenvolvimento regional... O prefeito que assume nunca tem planos maiores do que 4 anos, isso freia o desenvolvimento. (AG, 53).

Para alguns entrevistados a ação dos poderes públicos sequer consideraria, na amplitude adequada, o turismo – principal força motriz atual da economia regional - seu ordenamento, qualificação de mão-de-obra e fiscalização, aspectos essenciais para potencialização da principal vocação regional e, menos ainda, a necessária e incipientemente pautada abordagem da sazonalidade do turismo e suas possibilidades de diversificação e equilíbrio.

São apontadas influências de “grupos políticos fortes”, empresariais e ou familiares, que agiriam para interceptação ativa das oportunidades de negócios e interferência nas políticas públicas, evitando sua divulgação ampla e abertura equânime para outros setores e grupos, como forma de manter o capital político e econômico concentrado, em seu próprio benefício e de seu círculo de amigos e apaniguados.

A falta de integração institucional e de ações integrativas de governança regional também se sobressai desde as primeiras entrevistas, naquilo que poderia ser a ponta de lança de um verdadeiro desenvolvimento regional, integrado e integrador. Contudo, as dificuldades de integração de ações das municipalidades e institucionalidades são flagrantes, notórias e não dão qualquer pista de que possam ser revertidas num horizonte próximo.

Na visão de um dos entrevistados, a Sazonalidade do Turismo e da Economia, tão

notória e influente para todos na região, sequer é uma pauta que avança na AMLINORTE, uma das principais instituições de planejamento e governança regional. Para o entrevistado isso se deveria ao fato de que essa associação seria formada por uma maioria de municípios não-litorâneos, não avançando o tema na priorização de assuntos para discussão e ação.

“Dos 23 municípios que compõem o COREDE Litoral Norte, apenas nove têm praia, devido a isso, a pauta de Sazonalidade nunca entra na pauta da AMLINORTE. O “Litoral” só entra na pauta, por obrigatoriedade, no verão. IT, 61.  
 A AMLINORTE não liga para o tema da Sazonalidade, não se dão as mãos... Só alguns ali trabalham. [pelos objetivos formais da associação].” (AG, 53)

A qualificação da gestão para a execução das políticas públicas também é um tema associadamente citado e, o perfil cultural dos gestores, sua formação, visão e estilo de comando das equipes técnicas das prefeituras, que também são fundamentais para um bom desempenho das políticas e para integração das municipalidades numa perspectiva regional, segundo alguns entrevistados, carecem de abordagens de qualificação, capacitação, planejamento estratégico ou outras iniciativas integradoras.

As políticas públicas são vistas como assistencialistas por muitas pessoas, e seria para alguns entrevistados o modo político tradicional na região, assumindo sua importância como alívio aos necessitados, mas também sendo usado como arma política de cooptação pela dádiva, escravizando ambos os lados da equação e distorcendo as possibilidades e alternativas de desenvolvimento.

O modo assistencialista das políticas públicas é colocado como um dos principais apoios instrumentais à lógica cultural e política regional e apontado como um dos principais fatores de manutenção das desigualdades sociais na região, decorrendo, segundo alguns entrevistados, da tradição coronelista-colonialista, também bastante citada, e inserindo-se no debate conceitual da cultura da dádiva e sua importância no contexto de dominação cultural e econômica na região. Isso contribuiria para a manutenção da pobreza e amorteceria as demandas por um desenvolvimento com maior inclusão e distribuição de benefícios, que resultariam em maiores índices de desenvolvimento humano e econômico.

“O problema social mais grave do Litoral Norte é o Assistencialismo.” (JC, 36)  
 “O Assistencialismo não faz tu te instigar para buscar oportunidades, aceitar os trabalhos mais penosos. E tem por trás o voto cabresto, é preso no voto cabresto.” (AG, 53)

## 6 Cultura, Comportamento, Desigualdades

Os termos ligados à cultura regional, na esfera dos costumes, relacionados a formas

de relacionamento entre as pessoas, ocupam o terceiro lugar em citações nas primeiras entrevistas. Termos como *individualismo*, cultura de *levar vantagem em tudo* (falta de solidariedade), ações de obstaculização da evolução *do outro*, baixa empatia, falta de humanismo, ou mesmo falta de *espírito empreendedor*, seriam questões da esfera da cultura relacionadas ao (baixo) desenvolvimento regional, interferindo em processos de interação cultural e no andamento dos projetos.

Para os entrevistados haveriam questões como preconceitos não trabalhados (racismos, segregações sociais e econômicas), ativos no dia-a-dia que serviriam a propósitos de dominação, associados a falta de receptividade para ideias novas, para os novos moradores (sempre em número crescente), novos participantes em instituições, novos projetos, tudo isso atuando em perspectivas conservadoras de poder.

No contexto dessas atitudes de dominação, há também a ação claramente identificada de setores dominados, que aceitariam e até demandariam as atitudes dominadoras, colaborando ativa e passivamente para manutenção dos setores dominantes e perfazendo ganhos através de posições de “poder relativo”, através da qual se tornariam reconhecidos, adquirindo *status* e reproduzindo-se através das dádivas.

O sequestro de oportunidades de desenvolvimento também é citado como comum e intencional, como ação sistemática para manutenção da dominação econômica, constituindo uma rede intrincada de relações sociais, mantidos por uma cultura que legitima ações de dominação e uma camada dominada que aceita essas relações de dominação.

“Existe uma casta política e empresarial que age para manter sua dominação e evitar a ascensão de outros, mantendo os dominados nessa condição.” (MM, 60)

A incipiência de iniciativas de compreensão e abordagem para o trabalho de elementos indesejáveis da cultura regional também é identificada por alguns entrevistados, naquilo que poderia vir a constituir-se como “meio termo” entre as ações de dominação identificadas e a submissão da cultura dominada, que equilibra a polaridade opressor-oprimido e dificulta a superação das relações de dominação.

Algumas iniciativas de inclusão, de solidariedade e de desenvolvimento de identidade regional, de valores culturais autóctones, são reconhecidas por alguns entrevistados, carecendo, contudo, de maior apoio na forma de políticas públicas para sua amplificação, bem como de

maior divulgação para ampliação de seu alcance e penetração nas esferas educativas e institucionais, onde sua expressão ainda é pequena e de baixo alcance.

Assim, o meio termo para ajuste das relações de dominação, para equilíbrio entre as atitudes dominadoras e o apaziguamento dos dominados, se apresenta, atualmente, não na forma de políticas integradoras, inclusivas, mas como ações assistencialistas de grupos políticos dominantes do cenário regional, contribuindo assim para uma estabilidade conservadora, não-inclusiva, que não favorece a integração e não produz desenvolvimento real.

## 7 Participação Social, baixa Mobilização

O segundo tema mais levantado nas entrevistas é a participação social ou, mais especificamente - a falta dela - seja por isolamento dos formuladores de políticas públicas, que, para boa parte dos entrevistados, têm sistematicamente ignorado a maioria da população em suas decisões, ou mesmo por falta de maior participação da sociedade nos momentos de chamamento – o que acaba constituindo um duplo problema, tal como levantado pelos entrevistados.

Para a maioria dos entrevistados, o aumento da **participação** seria uma saída importante para a melhoria dos problemas encontrados no litoral norte, permitindo encontrarem-se saídas melhor estruturadas para os problemas da população e potencialização dos sempre poucos recursos disponíveis.

“Todas as saídas passam por ouvir mais a sociedade, compor forças.” (JC, 36)

“É necessário abrir discussões públicas sobre temas de interesse, permitindo ampliar as percepções e forma de pensar da sociedade, com ciência, inovação e coragem de discutir” (FC, 55)

“É necessário abrir fóruns de discussão, seminários, propondo temas de interesse amplo para buscar construções e convergências.”(GF, 47)

Seria, para estes entrevistados, a forma de buscar a concertação das políticas públicas, democratização da governança, demanda de maior abertura dos parlamentos e tomadores de decisão para ampliação da escuta da população, enfim, o caminho para democratização das políticas públicas.

O tema do turismo, uma das principais âncoras econômicas do litoral norte, seria, para alguns entrevistados, um bom exemplo da necessidade de entrar na pauta para debate das alternativas e modelos, para além do *veranismo*, bem como para enfrentamento da sazonalidade, tema associado e complexificador da economia, intimamente ligado ao turismo, mas que, no entanto, tem dificuldade de se inserir nos temas prioritários da comunidade, sendo citado por uma parcela pequena dos entrevistados.

## 8 Iniciativas e Saídas

Quando questionados sobre quais as saídas para os problemas e gargalos apontados, os entrevistados apontam principalmente para as iniciativas de ampliação da participação social, as ações e trabalhos para a mudança da cultura e modo de ação dos gestores e para iniciativas de pesquisa e inovação.

O tema da Participação Social, um dos mais citados na abordagem dos gargalos e problemas como foi visto, desponta explosivamente como solução/iniciativa apontada pelos entrevistados, com a maioria absoluta de citações dentre as iniciativas para a superação da condição de baixo desenvolvimento apontadas pela população.

As iniciativas de ampliação dos espaços de expressão, debate, manifestação e integração cultural, tais como fóruns de discussão, debates pré-eleitorais majoritários e proporcionais, eventos temáticos sobre temas novos (inovações sociais e tecnológicas) despontam como fundamentais e estratégicos.

O papel das universidades, em especial as públicas, é visto como central na possível convergência de ações de governança e integração de setores sociais, o que poderia levar a uma progressiva ampliação dos interesses refletidos nas ações governamentais e na revelação de inovações possíveis, pela natureza, alcance e caráter de suas ações.

As inovações possíveis a partir do papel que as universidades representam e podem ainda mais representar, no apoio a ações culturais, integração social, apoio a políticas públicas, geração de dados, pesquisa básica e aplicada, além da formação de recursos humanos, são insondáveis e têm uma estrada aberta para exploração, principalmente na relação com as possibilidades de convergência temática que possam ser estabelecidas em fóruns participativos, legítimos e representativos, que historicamente tem sido sediados em suas dependências.

“O papel das universidades, tanto públicas quanto privadas, é importantíssimo, mas precisa derramar o conhecimento para fora dos seus muros... Os caminhos, propostas acadêmicas que estão atualmente colocadas não estão contribuindo para o real desenvolvimento regional. O uso atual do conhecimento não é suficiente, não está dando certo.” (IT, 61)

“A Universidade pode ser o suporte para o desenvolvimento regional mas precisa abrir mais o diálogo para as representações comunitárias.” (AG, 53)

As opiniões ligadas à necessidade de ações de qualificação da gestão pública, de trabalho com os servidores públicos e, principalmente, com os gestores, para instigar

ISSN 2596-1314

mudanças de pensamento no seu modo de agir, são também bastante expressivas.

A necessidade de convergência dos municípios em torno de projetos mais amplos e convergentes de Desenvolvimento Regional, é também citada, notória sendo a concorrência dos municípios por recursos, investimentos, legitimidade e o individualismo das abordagens de desenvolvimento, refletindo o dominante modo individualista das relações pessoais.

### **Convergência de Significados**

Se essas opiniões são realmente representativas e se essas iniciativas trariam ou não ou não os resultados esperados, é uma questão para ser melhor explorada em atividades subsequentes da pesquisa e na experimentação prática das propostas e sugestões. Mas apesar da falta de aferição do grau de representatividade dos temas levantados, face ao pequeno número de entrevistas até o momento realizadas e à falta de uso de critérios de representatividade na escolha dos primeiros entrevistados, a clareza dos apontamentos e opiniões até o momento levantadas já permite sublevar esses temas como pontos a serem aprofundados em ações subsequentes.

Convergindo para a análise teórica, com base na revisão bibliográfica preliminarmente apresentada, podemos identificar algumas convergências.

Marshal Sahlins, em sua obra *Cultura e Razão Prática* (2003:232), falava de um *locus institucional privilegiado do processo simbólico*, de onde emana um quadro classificatório orientativo para toda a cultura, sendo que, na sociedade capitalista, a economia seria o lugar dominante da produção simbólica, enquanto nas sociedades “primitivas” seriam as relações generalizadas de parentesco.

Dos elementos levantados se poderia concluir que a sociedade norte-litorânea do RS teria um considerável grau de “primitivismo”, dado o reconhecimento pela população (pelos entrevistados até o momento) da grande influência de clãs familiares-político-empresariais, através de relações clientelistas na interceptação de oportunidades sociais e econômicas, o que talvez possa constituir um dos principais horizontes de limitação do desenvolvimento regional - entendido como desenvolvimento equilibrado em abordagens e oportunidades - pelo menos para parte da população.

*Sahlins* (2003:242) afirmava:

“No interesse do crescimento do PNB, valores simbólicos são criados, institucionalizados e encorajam a partir daí as capacidades de manipulações simbólicas dentro da ordem social constituída.” [...] “não hesitando em destruir qualquer outra forma de humanidade cuja diferença consista em haver descoberto não somente outros códigos de existência, mas meios de chegar a um fim que ainda nos escapa: o controle da sociedade sobre a natureza.” (SAHLINS, 2003:242)

ISSN 2596-1314

Isto é igualmente válido no contexto examinado, pois a identificação, pelos entrevistados, de ações intencionais de pessoas ou grupos organizados para dominação social parece confirmar empiricamente a proposição de Sahlins na realidade estudada.

A identificação pelos entrevistados da existência de clãs e facções agindo para interceptação de oportunidades de negócios e interferência nas políticas públicas também aponta para o que Guerra e Silva (2012), Graham (1997) e Schwarz (1991) colocam, para a possível existência de alianças formais ou informais, gerando relações clientelistas e a influência da cultura da dádiva, que precisam ser entendidos nos seus mecanismos de operação para que se encontrem formas de colocar em discussão nas instâncias adequadas à sua resolução.

A falta de maior discussão sobre estruturação do turismo e sobre a sazonalidade é algo surpreendente, pois trata-se do setor de maior apelo e uma das principais forças motrizes da economia regional, cuja flutuação sazonal coloca em situação difícil um número muito grande de famílias. Esse setor, por falta de opções e abordagens na baixa temporada, literalmente definha, como de resto toda a economia regional, tornando a região muito pouco atrativa aos turistas fora da temporada, a não ser nos feriados prolongados.

A Sazonalidade, contudo, não se deve só ao Turismo, atingindo toda a economia, prestadores de serviço, força de trabalho e com enormes implicações sociais. A cada ano mais pessoas desembarcam no litoral para moradia, resultando na região em que a população mais cresce. Mais e mais pessoas decidem ficar no litoral após o verão, por opção ou falta de opções, e isso muitas vezes desemboca em situações de vulnerabilidade social que poderiam ser antevistas e trabalhadas se o tema entrasse de fato na pauta de uma forma mais ampla.

Rodrigues e Rodrigues (2006) colocam que apenas um bom planejamento turístico, direcionado por uma metodologia sistêmica e orientado para desenvolvimento com base local e ênfase na cidadania é capaz de diminuir estes impactos indesejáveis e Oliveira (2001) e Moesch & Gastal (2007), afirmam que só assim se gerariam alternativas para garantir a qualidade de vida, a autonomia das comunidades e a sustentabilidade da atividade turística.

O fato de o tema não entrar na pauta, não ser visto de forma mais direta a necessidade de busca de equilíbrios ativos mostra, portanto, um importante hiato, até certo ponto incompreensível, apontando, talvez, para uma total adaptação dos setores governantes, dos tomadores de decisões à realidade de “flutuação econômica”, que em alguns casos é tida como “descanso” para aqueles que fizeram seu “pé-de-meia” nos meses de verão.

As citadas ações de dominação levadas a efeito por alguns grupos, de forma ativa e intencional em muitos casos, mas também aceitas de forma passiva e até demandadas em troca de dádivas por parte da população vem contribuindo para a manutenção da tradição assistencialista. Essas ações contribuem de fato para a atenuação das dificuldades de expressivo contingente populacional, mas também para o reforço dos esquemas de poder e dominação existentes, em intrincadas redes, difíceis de identificar e de abordar, dada a ancoragem cultural dos comportamentos.

O meio termo nessa lógica, o amortecimento entre as condições dominante-dominado é preenchido justamente por essas políticas assistencialistas, mas são também citadas a existência de políticas de cunho emancipatório, inclusivas e solidárias, porém ainda incapazes de mudar significativamente a situação na região e carecendo de abordagens mais amplas e maior visibilidade social. Políticas de cultura em alguns municípios e iniciativas de resgate e inclusão social são citadas como exemplos de novas abordagens possíveis já experimentadas.

A busca pelo aumento da participação social na definição e execução das políticas públicas, segunda saída mais citada pelos entrevistados, onde mais de 50% a mencionam como principal saída/iniciativa a ser impulsionada, em que pese dotada de um grande grau de consenso, ainda se mostra pouco pautada, com poucas iniciativas sendo registradas.

Propostas como *demandar maior abertura dos parlamentos, promover debates pré-eleitorais*, e outras propostas dos entrevistados, ainda permanecem como ideias e as principais iniciativas de debates e busca de participação social vem das universidades, já bastante reconhecidos e esperados, mas ainda incapazes de alterar significativamente a concepção e o caráter geral das políticas na região, como inclusive citado por um dos entrevistados: “*o conhecimento atualmente mobilizado não está dando certo*” (IT, 61).

As questões levantadas são preliminares, mas também candentes, urgentes e convergentes, e apenas um trabalho de especificação, aprofundamento de causas e formulação, permitirá adensar e convergir no entendimento das bases culturais e suas relações com a economia e a política regional. Disso poder-se-á chegar, talvez, a uma melhor compreensão das condições de vida da população do litoral norte do RS e as relações com o tão sonhado aumento de qualidade de vida, que todos os forasteiros<sup>7</sup> – sempre em número crescente – buscam ao escolher a região como local de vida.

<sup>7</sup> População que migra de outras regiões do estado para o Litoral Norte

## Referências

- ABRANCHES, S. H. H., *O leviatã anêmico: dilemas presentes e futuros da política social. Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 1, p. 7-32, 1989.
- BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Cultura como Praxis**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973. Companhia das Letras, 2015.
- BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil *in*: Botelho, André e Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.) *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011: 154-165.
- CSORDAS, Thomas. **Corpo/significado/cura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, Princeton University Press. 1995.
- FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Rio Grande do Sul), 2020. **Relatório de Qualidade da Água Superficial do Rio Grande do Sul**. Disponível em: [www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/relat\\_aguas\\_superf.asp](http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/relat_aguas_superf.asp). Acesso em mar.2021
- FEPAM 2002. **Retratos e paisagens: quadro sócio-cultural das populações que ocupam o litoral norte do Rio Grande do Sul**. Relatório de Consultoria (Coord. Lúcia Helena Alves Muler). Disponível em [http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco\\_norte](http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_norte). Acesso em ago/2020.
- FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da Resistência Juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- FUJIMOTO N.S.V., STROHAECKER, T.M., GRUBER, N.L.S., KUNST, A.V., FERREIRA, A.H. Litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: indicadores socioeconômicos e principais problemas ambientais. **Desenvolvimento e Ambiente**, n.13, p.33-124. Curitiba:UFPR, 2006.
- Furtado, C., **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, 2000.
- FINOKIET, M., Discursos e práticas sociais em escolas de Canguçu-RS: articulações entre racialização e desenvolvimento, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2016.
- GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro:UFRJ, 1997.
- GUERRA, LD., SILVA, JB. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 195-233. ISBN 978-85-7879-194-0. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>
- HALL, M. C. **Planejamento Turístico – Políticas, Processos e Relacionamentos**. Tradução de Edite Schulli. São Paulo: Contexto, 2001.
- KUSCHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro:Zahar, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILANEZZI J.B., NISHIJIMA M., SARTI F.M., *Do assistencialismo à consolidação do Sistema Único de Assistência Social*. **Boletim de Informações Fipe** (380), p. 7-18, 2012.

MURDOCK, Graham. Comunicação contemporânea e questões de classe. **Revista Matrizes**. São Paulo, v.2, n.2, p.31-56, 2009.

NORTH, Douglass. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

Oliveira, F., **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Vozes, 1988.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Desenvolvimento, Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 122-128. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304>. Acesso em: abril/2020

POLANYI, K. (2000), **A grande transformação: as origens de nosso época**; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

RIO GRANDE DO SUL, – **Perfil Socioeconômico COREDE Litoral**, Osório: COREDE, 2015, 47 pg.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística – FEE, **RS 2030 – Tendências Regionais**, Porto Alegre:FEE. 2013.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.2003.

SAHLINS, Marshal. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SALES, T. Raízes da Desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.9, n25, 1994.

SCHWARTZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. v. I.

STROHAECKER, T.M. **A Urbanização no litoral Norte do Rio Grande do Sul: Contribuição para a Gestão Urbana Ambiental do município de Capão da Canoa**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.